


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005701-17.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - DIREITO CIVIL**  
 Embargante: **Jertronic Com. de Representações Ltda**  
 Embargado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Jertronic Comércio e Representações Ltda opõe **embargos à execução** que lhe move o Ministério Público do Estado de São Paulo, sustentando (a) nulidade da execução vez que a embargante não foi regularmente intimada no inquérito civil (b) que o compromisso assumido no termo de ajustamento de conduta está sendo adimplido (c) que os problemas que surgiram não são imputáveis à embargante, e sim a terceiros e animais, de modo que houve a quebra no nexo de causalidade por fato de terceiro (d) excesso de execução (e) multa excessiva (f) violação à razoabilidade, à proporcionalidade e ao devido processo legal.

Os embargos foram recebidos sem efeito suspensivo, pp. 144.

Impugnação nas pp. 151/175.

Manifestação da embargante, pp. 198/207.

**É o relatório. Decido.**

Julgo o pedido na forma do art. 920, II c/c art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

O inquérito civil constitui fenômeno pré-processual, investigativo, e nele não se



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

observam as formalidades, para as citações ou intimações, que as normas processuais impõem no processo contencioso judicial. Independentemente disso, nas pp. 176/194 o embargado comprova por ARs que, ao contrário do alegado em embargos, as notificações e intimações foram regularmente recebidas pela embargante.

Ainda que assim não fosse, cumpre observar que o STJ firmou orientação de que "o inquérito civil, como peça informativa, tem por fim embasar a propositura da ação, que independe da prévia instauração do procedimento administrativo. Eventual irregularidade praticada na fase pré processual não é capaz de inquinar de nulidade a ação civil pública, assim como ocorre na esfera penal (...) " (REsp 1.119.568/PR, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 23/9/2010).

Superado esse argumento, quanto ao argumento de que a obrigação convencionada em termo de ajustamento de conduta estaria sendo cumprida, na medida do possível, pela embargante, há que se afastar, pois distancia-se do conjunto probatório.

A embargante, pelo compromisso de ajustamento de conduta de pp. 95/97, obrigou-se a diversas medidas que são, em síntese (a) não degradar nem impedir a regeneração natural da área já degradada (b) erradicar capins exóticos invasores de modo a se permitir a regeneração plena do cerrado (c) plantar mudas ou arvoretas nativas tantas quantas forem necessárias para a recuperação da área degradada.

Ora, vistoria ambiental efetivada em julho/2015, conforme termo de pp. 126/129, instruído com fotografias de pp. 130/131 que confirmam tal fato, atestou que a área está em "alto grau de abandono", que "não estão sendo dispensados os tratos necessários para o desenvolvimento das mudas que supostamente foram plantadas", que "a vegetação gramínea apresenta altura média de 50cm e não está sendo realizado o coroamento nas mudas", situação tão drástica que sequer foi possível "a identificação das espécie nativas [supostamente] plantadas".

O descumprimento da obrigação voluntariamente assumida está comprovado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A embargante apresenta alegações estéreis, não amparadas em qualquer elemento probatório, no sentido de afastar a sua responsabilidade. A alegação de que eventuais danos são imputáveis a terceiros ou animais invasores é derrubada pelo próprio estado de abandono, constatado inclusive fotograficamente, pelo órgão ambiental. Se não bastasse, ainda que terceiros e animais tenham contribuído para a danificação de eventuais mudas, o certo é que cabia à embargante replantá-las e adotar medidas para prevenir tais situações.

Não fosse suficiente, a responsabilidade pelos danos ambientais é objetiva e informada pela teoria do risco integral, em conformidade com o disposto no art. 14, § 1º da Lei nº 6.938/81 e o entendimento firmado pelo E. STJ em acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC, REsp 1.374.284/MG, j. 27/08/2014.

Nesse diapasão, como não se identifica o empenho da embargante na satisfação da prestação a que se obrigou voluntariamente, inadmissível o acolhimento, ainda, das alegações de irrazoabilidade ou falta de proporcionalidade, ou mesmo de violação ao devido processo legal substancial.

O excesso de execução será afastado, vez que a memória de cálculo que instruiu o pedido de execução, pp. 38, está aparentemente correta e não foi infirmada satisfatoriamente pela embargante, que se socorreu, no ponto, de afirmações genéricas e vagas, sem a objetividade indispensável para contrariar o que foi matematicamente apresentado pelo embargado, na petição que deflagrou o processo executivo.

Cabe lembrar, a propósito, que a embargante desatendeu ao comando do art. 917, § 3º do CPC-15: "Art. 917. Nos embargos à execução, o executado poderá alegar: (...) § 3º Quando alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à do título, o embargante declarará na petição inicial o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo."

Nessa toada, sequer cabe a apreciação da alegação de excesso, pelo que determina



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

o § 4º do mesmo dispositivo: "§ 4º Não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, os embargos à execução: I - serão liminarmente rejeitados, sem resolução de mérito, se o excesso de execução for o seu único fundamento; II - serão processados, se houver outro fundamento, mas o juiz não examinará a alegação de excesso de execução.".

Descabe redução da multa, porque nenhum fato que a justifique foi comprovado.

Ante o exposto, **REJEITO** os embargos à execução. **CONDENO** a embargante nas custas e despesas processuais.

**Nos autos principais**, fica deferido o requerimento do Ministério Público de pp. 174 (aqui dispensável, para o estrito objeto dos embargos): **oficie-se à Secretaria de Meio Ambiente para que efetue vistoria na área objeto do termo de compromisso de ajustamento de conduta e verifique se houve a regularização do reflorestamento**. Instrua-se o ofício com cópia de pp. 95/97 e 126/131 (dos presentes autos). *Saliente-se que a multa diária acumulada poderá, naqueles autos principais, ser reduzida, se for o caso, ante o disposto no art. 537, § 1º do CPC-15, aplicável por analogia.*

P.R.I.

São Carlos, 07 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**